

ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE GOVERNADOR VALADARES

DATA: 10 de abril de 2006.

LOCAL: Auditório da Gerência Executiva do INSS – Governador Valadares.

I - PRESENÇAS

Representação do Governo

INSS - Maria da Penha Pereira de Melo – Gerente Executiva

INSS- Gilvan Geraldo Ponciano –Serviço de Benefício

INSS- José Perpétuo de Souza – Procurador Chefe

INSS- Nélia Cristina – Logística

Representação dos Trabalhadores em atividade - Urbanos

CUT Vale do Aço - José Geraldo Faustino , Conselheiro Suplente

Representantes dos Aposentados e Pensionistas

AEA-MG- Varonil Adão da Silva, Conselheiro Suplente

AAPT – Stélio Aleixo, Conselheiro Titular

AAPT - Mário Lúcio de Souza, Conselheiro Suplente

Representantes dos trabalhadores em atividade - Rurais. (não compareceu)

Representante Empregadores - Rurais

Sindicato dos Produtores Rurais de Manhuaçu - Isaura P. Paixão, Conselheira Titular

II – ASSUNTOS ABORDADOS

1. Informes
2. Apresentação da situação atual da GEXGVL na linha de benefícios.
3. Justiça Federal.

III - ABERTURA

Verificando a existência do quorum mínimo a reunião teve início às 9:30 horas com a apresentação de uma matéria veiculada no jornal institucional “Em foco” (06/04/06) sobre Previdência Rural para o conhecimento dos conselheiros. Logo após, foi lida a proposta de pauta da reunião. Em seguida, a presidente do Conselho, Maria da Penha, fez a leitura da atas da 14ª e 15ª reunião para aprovação dos demais membros do conselho.

IV – INFORMES:

Foi abordado o assunto de parcerias entre instituições, como Sindicatos e Prefeituras, e o INSS visando melhorar o acesso aos serviços da Previdência Social. Para dar exemplo, foram citadas ações realizadas na cidade de Manhuaçu.

Em relação à moção de apoio à regulamentação da Emenda 47 que ficou de ser esboçada para os conselheiros discutirem e aprovarem, a presidente do Conselho explicou que não foi possível providenciar um documento, pois acredita que, sendo o assunto bastante polêmico/complexo envolvendo questões relevantes sobre Custeio, seria necessário um debate melhor embasado para que o Conselho de fato pudesse se posicionar. A maioria dos Conselheiros presentes concordou com essas ponderações e ficou programada uma próxima reunião do Conselho abordando o tema, com apresentação de especialistas e debatedores “pró e contra” os termos da proposta de Emenda Constitucional.

Logo após os conselheiros representantes dos Aposentados comentaram discutiram sobre a realização de audiência pública ocorrida em Timóteo, que também abordou Emenda 47. O servidor Gilvan Ponciano disse que o INSS não tem nada a declarar por enquanto sobre este assunto pois a nada de concreto está definido ou normatizado sobre o assunto. A presidente do conselho disse que antes de concluir a elaboração da moção é necessário debater mais sobre tema para mais esclarecimentos.

O conselheiro José Faustino falou que encontrou dificuldades e não tem condições de fechar o documento que ficou de ser providenciado junto com o conselheiro Marco Antônio, para ser apresentado ao conselho e enviado ao ministro, sobre a contratação de mais servidores para a GEX.

A presidente do conselho informou aos conselheiros que a pesquisa do Censo Previdenciário já começou, ela explicou o trabalho que está sendo feito pelos pesquisadores e falou sobre possíveis fraudes que podem acontecer na hora deste tipo de pesquisa. Ela ressaltou que os pesquisadores do censo possuem carteiras de identificação.

O servidor Gilvan Ponciano esclareceu ao conselheiro Stélio como funciona a emissão de benefício (auxílio-doença), através de perícia-médica. A presidente propôs que a próxima reunião do conselho aborde somente este assunto, auxílio-doença e critérios de concessão pois o mesmo é muito amplo e deve ser discutido com calma, principalmente porque tem ocorrido muitas críticas após a entrada do novo sistema de decisão pericial o COPES.

A presidente informou aos conselheiros sobre o fim das taxas dos bancos para empréstimos consignados à aposentados e pensionistas.

Falou ainda sobre a ação regressiva que está prevista na lei 8.213 e a Procuradoria do INSS na Amazônia iniciou trabalho pioneiro nesse sentido. De acordo com a mesma, a Procuradoria Geral orientou, aos conselheiros em linhas gerais sobre o significado dessas Ações Regressivas.

V – APRESENTAÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL DA GEXGVL NA LINHA DE BENEFÍCIOS:

Através de slides foi apresentado e explicado pela presidente do conselho a situação atual da GEXGVL na linha de benefícios. Os slides mostravam os números reais e os ideais para cada setor da Gerência e para cada Agência do INSS da zona de abrangência da GEXGVL. Também foi apresentado os números de benefícios requeridos no período de nov/2005 a mar/2006 e os números de benefícios concedidos. De acordo com a presidente do conselho cerca de 30% de requerimentos são negados pelo INSS. Para fechar o assunto foi mostrado um quadro com a quantidade de processos requeridos, a quantidade de processos pendentes de decisão e a quantidade que estão acumulados com mais de 45 dias em todas as Agências da GEXGVL.

VI – JUSTIÇA FEDERAL:

O chefe da procuradoria José Perpétuo explicou para os conselheiros que a Justiça Federal veio para tirar as mazelas da Justiça Estadual. Com sua implantação na cidade e região ela traz prestígio e grande importância. Ele explicou ainda que o objetivo da implantação da Justiça Federal é moralizar uma situação que existe, ela é positiva pois age mais rápido que a Justiça Estadual.

A justiça federal vai tratar de assuntos diversos como tráfico de drogas, assuntos previdenciários, Ibama, exportação de pessoas ilegais para os EUA, etc. O Dr. Perpétuo explicou ainda que os serviços prestados pelo INSS tem que ser bem regulamentados e que a Previdência tem que saber se defender, pois a Justiça federal conhece muito bem a Previdência Social. Ele falou ainda que a Justiça federal vai exigir um pleito administrativo para que haja análise de sentença e que os funcionários vão analisar profundamente os casos.

De acordo com o Dr. Perpétuo o que muda no INSS com a implantação da Justiça Federal na cidade é que a partir de agora a Previdência vai uniformizar o atendimento, avaliar melhor antes de conceder o benefício e contribuir na padronização dos procedimentos.

Para encerrar a reunião a presidente do conselho apresentou aos conselheiros o novo chefe da Agência do INSS de Governador Valadares, Marcos Izaque.

Sem mais a relatar, eu, Samantha Chaves, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e por todos os Conselheiros presentes. Gov. Valadares, 11 de abril de 2006.

Maria da Penha Pereira de Melo.....

José Geraldo Faustino

Varonil Adão da Silva.....

Stélio Aleixo

José Perpétuo de Souza.....

Nélia Cristina

Gilvan Geraldo Ponciano.....

Isaura P. Paixão

Mário Lúcio de Souza